



PARECER PRÉVIO Nº 36/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10834/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Antonio Iran de Souza Lima (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Simone Rosado Maia Mendes - OAB/PI - 4550 OAB/AM - A666
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 36/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2014.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas anuais do Sr. Antonio Iran de Souza Lima, Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2014, nos termos do art. 1º., I da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, I da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

10.2. Determina à Câmara Municipal de Boca do Acre, o cumprimento do art. 127, §§ 5º. 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, EM ESPECIAL O PRAZO DE 60 DIAS para o julgamento das Contas.

- 11- **Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 20 de Junho de 2017
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva,



PARECER PRÉVIO Nº 36/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JULIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ERICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

YARA AMAZONIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 36/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10834/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre
- 4- **Exercício:** 2014
- 5- **Responsável:** Antonio Iran de Souza Lima (Ordenador de Despesa)
- 6- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 36/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Executivo dos Municípios do Interior. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2014.

Irregularidade. Multa. Alcance. Recomendação. Determinação.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

9.1. A UNANIMIDADE:

9.1.1 Julgar irregular a Prestação de Contas do Sr. Antonio Iran de Souza Lima, Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2014, nos termos do art. 1º, II da Lei Estadual n. 2.423/96 c/c art. 5º, II da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.1.2 Aplicar Multa ao Sr. Antonio Iran de Souza Lima, Prefeito do Município de Boca do Acre, no valor de R\$ 6.576,18 (seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos), com fulcro no art. 308, II da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão da impropriedade contida no item 1, subitem 1.1 do presente Relatório/Voto, referente à restrição contida no item 01 do Relatório 102/2015 – DICREA;

9.1.3 Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Antonio Iran de Souza Lima, recolha o valor da multa, que lhe foi aplicada, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão Encargos Gerais do



ACÓRDÃO Nº 36/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

Estado - SEFAZ), com fulcro no art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.1.4 AUTORIZAR, em caso de não recolhimento do valor de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

9.1.5 Aplicar Multa ao Sr. Antonio Iran de Souza Lima, Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2014, no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), com fulcro no art. 54, II da Lei n.º 2.423/96 c/c o art. 308, VI da Resolução n.º 04/02 – RI-TCE/AM, em razão das impropriedades contidas:

a) no Item 1 (subitem 1.2) do Relatório/Voto, referente ao item 02 do Relatório n.º 102/2015 – DICREA;

b) no Item 2 (Subitem 2.1 – alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e” e “f”; Subitem 2.2 – alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, e “f”; Subitem 2.3 – alíneas “a”, “b”, “c”, e “d”; Subitem 2.4 – alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”; Subitem 2.5 – alíneas “a”, “b”, “c”. e “d”; Subitem 2.6 – alíneas “a”, “b” e “c”; Subitem 2.7 – alíneas “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, e “g”) do Relatório/Voto, referentes às restrições apontadas nos itens 7.1 (Subitens 1.1.1.1, 1.1.1.2, 1.2.1, 1.3.1, 1.3.2, 1.3.3, e 1.3.6), 7.2 (Subitens 2.1.1.1, 2.1.1.2, 2.2.1, 2.3.1, 2.3.2, 2.3.3, 2.3.8), 7.3 (Subitens 3.1.1.1, 3.1.1.2, 3.2.1, 3.2.2, 3.2.3, 3.2.6), 7.4 (Subitens 4.1.1.1, 4.1.1.2, 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3, 4.3.4, 4.3.9), 7.5 (Subitens 5.1.1.1, 5.1.1.2, 5.3.1, 5.3.2, 5.3.7), 7.6 (Subitens 6.1.1.1, 6.1.1.2, 6.2.1, 6.3.1), 7.7 (Subitens 7.1.1.1, 7.1.1.2, 7.2.1, 7.2.2, 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, 7.3.5) do Relatório Conclusivo n.º 139/2015 – DICOP; e

c) Item 3 (Subitens “a”, “c”, “d”, “h”, “i”, “j”, “k”, “n”, “o”, “p”, “q”, “r”, “s”) do Relatório/Voto, referente às impropriedades contidas nos itens 01, 08, 09, 17, 18, 19, 20 do Relatório Conclusivo n.º 32/2016 – DICAMI, e restrições C, D, E, F, G, H da Informação n.º 1.034/2016 – DICAMI, respectivamente;



ACÓRDÃO Nº 36/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

9.1.6 FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Antonio Iran de Souza Lima, recolha o valor da multa, que lhe foi aplicada, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), nos termos do art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.1.7 AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

9.1.8 Considerar em Alcance o Sr. Antonio Iran de Souza Lima, Prefeito do Município de Boca do Acre, exercício 2014, no valor de R\$ 831.510,19 (oitocentos e trinta e um mil, quinhentos e dez reais e dezenove centavos) e R\$ 442.885,00 (quatrocentos e quarenta e dois mil, oitocentos e oitenta e cinco reais), em razão dos gastos concernentes a Passagens e Despesas de Locomoção e Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física, não comprovados pelo gestor, apontados na impropriedade contida no item 3, subitem “I” do Relatório/Voto, referente à restrição A da Informação n.º 1.034/2016 - DICAMI, bem como na Notificação n.º 248/2016 - DICAMI (fls. 3.244/3.245).

9.1.9 FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias, para que o Sr. Antonio Iran de Souza Lima, recolha os valores dos débitos, que lhes foram imputados, aos cofres públicos da esfera Municipal (órgão Prefeitura Municipal de Boca do Acre), nos termos do art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

9.1.10 AUTORIZAR, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, ex vi do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

9.1.11 Recomendar à Prefeitura Municipal de Boca do Acre que:

- a) Observe e cumpra o prazo de remessa da movimentação contábil, os registros analíticos, e demais dados contábeis e atos jurídicos informatizados hoje via Sistema E-Contas,



ACÓRDÃO Nº 36/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

a este Tribunal;

- b) Apresente as informações, no Sistema E-Contas, da Lei Orçamentária Anual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme a Resolução nº 10/2012 c/c nº 4/02-TCE;
- c) Observe com maior rigor as exigências da legislação de licitações e contratos, que formalize com as cautelas devidas os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, que preceda todas as contratações de compras, obras e/ou serviços de ampla pesquisa de mercado com justificativa da escolha do fornecedor como condição básica para seleção da melhor proposta à Administração, para que no futuro falhas dessa natureza não mais ocorram, sob pena de não serem mais relevadas;
- d) Observe com maior rigor as exigências da legislação de licitações e contratos, que formalize com as cautelas devidas os processos de dispensa e inexigibilidade de licitação, que preceda todas as contratações de compras, obras e/ou serviços de ampla pesquisa de mercado com justificativa da escolha do fornecedor como condição básica para seleção da melhor proposta à Administração, para que no futuro falhas dessa natureza não mais ocorram, sob pena de não serem mais relevadas.
- e) Implemente espaço físico, na Prefeitura, para a consecução de informações públicas pelos munícipes, em atendimento ao que estabelece a Lei n.º 12.527/2011;

9.1.12 Determinar à próxima Comissão de Inspeção - DICAMI, designada para inspecionar aquela municipalidade que:

- a) Verifique a cessação dos pagamentos, pelos cofres municipais, aos inativos que contribuíram para o Regime Geral de Previdência Social;

9.2. POR MAIORIA, com voto de desempate:

9.2.1 Considerar em Alcance o Sr. Antonio Iran de Souza Lima no valor de 4.408.114,95 (quatro milhões, quatrocentos e oito mil, cento e quatorze reais e noventa e cinco centavos), em razão da



ACÓRDÃO Nº 36/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 36/2017 – TCE – Tribunal Pleno)

não comprovação da existência dos valores apontados como Saldo Financeiro na Conta Caixa e Equivalente de Caixa, restrição apontada no subitem "b" do item 3 do presente Relatório/Voto, referente ao item 04 do Relatório Conclusivo n.º 32/2016 - DICAMI, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boca do Acre. O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias.

Vencidos: a Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, com voto-vista divergente quanto ao alcance estabelecido referente à existência dos valores apontados no balanço geral como Saldo Financeiro na Conta Caixa e Equivalente de Caixa, e os Conselheiros Josué Cláudio de Souza Filho e Mario Manoel Coelho de Mello, que a acompanharam. Votaram com o Relator os Conselheiros Júlio Assis Corrêa Pinheiro e Érico Xavier Desterro e Silva. Verificado o empate, a Presidência proferiu voto em favor do Relator.

- 10- **Ata:** 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 11- **Data da Sessão:** 20 de Junho de 2017
- 12- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 13- **Representante do Ministério Público:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral